

NOTAS E COMENTÁRIOS

SENTENÇA MAL FUNDAMENTADA E SENTENÇA NÃO FUNDAMENTADA

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

1. É da Constituição e das leis a necessidade de serem as decisões judiciais fundamentadas:

“Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade (...)” (CF, art. 93, IX).

“O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento” (CPC, art. 131).

“As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais serão fundamentadas, ainda que de modo conciso” (CPC, art. 165).

“São requisitos essenciais da sentença:

I — (...);

II — os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III — o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem” (CPC, art. 458).

“A sentença conterá: (...);

III — a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;

IV — a indicação dos artigos de lei aplicados” (CPP, art. 381).

2. Discutem os doutos os porquês da exigência de que o juiz motive a sentença. Calamandrei e Taruffo, embora por caminhos diversos, entendem que a

decisão judicial resulta de um apriorístico sentimento, e a motivação seria, destarte, uma forma lógica para controlar, “à luz da Razão, a bondade de uma decisão fruto de sentimento” (Piero Calamandrei, “Processo e Democracia”, Pádua, 1952, p. 102; Michele Taruffo, “La Motivazione della Sentenza Civile”, Cedam, 1957).

Discordou Liebman, para quem a obrigatoriedade da fundamentação será inerente ao próprio ‘Estado-de-Direito’, pois neste

“ (...) tem-se como exigência fundamental que os casos submetidos a juízo sejam julgados com base em fatos provados e com aplicação imparcial do direito vigente; e, para que se possa controlar se as coisas caminharam efetivamente dessa forma, é necessário que o juiz exponha qual o caminho lógico que percorreu para chegar à decisão a que chegou. Só assim a motivação poderá ser uma garantia contra o arbítrio ... (omissis) ... Para o direito é irrelevante conhecer dos mecanismos psicológicos que, às vezes, permitem ao juiz chegar às decisões. O que importa, somente, é saber se a parte dispositiva da sentença e a motivação estão, do ponto de vista jurídico, lógicas e coerentes, de forma a constituírem elementos inseparáveis de um ato unitário, que se interpretam e se iluminam reciprocamente” (“Do Arbítrio à Razão. Reflexões sobre a Motivação das Sentenças”, in Rev. de Processo, ed. RT, 29/79).

Na expressão de Glasson, citado por Mário Guimarães, *"il ne suffit pas que les juges soient justes, il faut encore qu'ils en donnent la preuve"* ("O Juiz e a Função Jurisdicional", Forense, 1958, n.º 207). De certa forma sob prisma similar, escreveu Warlomont que a motivação não deve ser tida como um ato de desconfiança no magistrado, *"mais comme un privilège, accordé au premier, de justifier sa sentence devant les justiciables"* (René Warlomont, "Le Magistrat, son Statu et sa Fonction", *apud* Mário Guimarães, ob. cit., p. 345).

"Rigorosa obrigação, moral e jurídica" do juiz é expor as razões pelas quais decide (Lopes da Costa, "Direito Processual Civil Brasileiro", ed. Konfino, v. III, 2.ª ed., 1948, n.º 13), pois a sentença é ato de vontade, que se assenta num juízo lógico, em ato de justiça, *"da qual devem ser convencidas não somente as partes como também a opinião pública"* (Amaral Santos, "Comentários ao CPC", Forense, v. IV, 4.ª ed., n.º 324). A sentença é um ato de vontade que representa o epílogo de um ato de inteligência, como disse Carnelutti (*apud* José Alberto dos Reis, "Processo Ordinário e Sumário", 2.ª ed., 1928, v. I, pp. 218 e 227).

Refere Ernane Fidélis dos Santos, ilustre magistrado em Minas Gerais, que:

"(...) a motivação da sentença é a garantia da própria administração da Justiça, para que não só as partes, mas todos os cidadãos possam saber, exatamente, que a sentença não foi a pura e simples aplicação do arbítrio. José Carlos Barbosa Moreira dá-lhe tamanha importância que chega a dizer expressamente: É conveniente a inclusão, na Constituição da República, de dispositivo que consagre em termos expressos o princípio da obrigatoriedade da motivação". ("Comentários ao Código de Processo Civil", Forense, 2.ª Coletânea, vol. 3, tomo I, 1980, n.º 278).

Mestre Barbosa Moreira, em artigo publicado já em 1978, realmente pugnou pela inclusão, em nível constitucional, de preceito tornando obrigatória a motivação das decisões judiciais, inclusive para permitir o controle não apenas endoprocessual dos provimentos, mas também aquele controle 'generalizado e difuso' da opinião pública, *quisquis de populo*, sobre *"o modo de funcionamento do mecanismo assecuratório"* da tutela jurisdicional ("A Motivação das Decisões Judiciais como Garantia Inerente ao Estado de Direito", in Rev. Bras. de Dir. Processual, Forense, v. 16/111).

Esta, diga-se, foi a posição de João Monteiro sobre o direito de os jurisdicionados conhecerem os motivos das sentenças, *"porque só assim poderão eles ajuizar se justiça foi ou não feita, e só na justiça reside a utilidade pública dos decretos daquele poder, e, portanto, a sua legitimidade"* ("Teoria do Processo Civil", Borsoi, 6.ª ed. atualizada, tomo II, 1956, § 193.2).

Em comentando a vigente norma constitucional (CF, art. 93, IX), afirmou Manoel Gonçalves Ferreira Filho que a exigência de fundamentação *"é um obstáculo ao arbítrio, que repugna ao Estado de Direito, mesmo que exercido por juízes"*. E refere, com remissão a Ada Pellegrini Grinover, a lição de Giuseppe Bettiol, de que se trata de mais uma *"das garantias predispostas pelo Estado de Direito como tutela das liberdades individuais"* ("Coment. à Constituição Brasileira", Saraiva, v. II, 1.ª ed., 1992, p. 199).

3. Cuida-se, aliás, de obrigação que vem de tempos prístinos, entre nós pelo menos desde as Ordenações Filipinas:

"E para as partes saberem se lhes convém apelar ou agravar das sentenças definitivas, ou vir com embargos a elas, ou aos juízes da mór alçada entenderem melhor os fundamentos por que os juízes inferiores se movem a condenar ou absolver, mandamos que todos nossos

desembargadores ou outros julgadores, ora sejam letrados ora não o sejam, *declarem especificamente em suas sentenças definitivas*, assim na primeira instância, como no caso de apelação ou agravo, *as causas em que se fundarem a condenar ou absolver, a confirmar ou a revogar*" (III, LXVI, 7). (grifamos)

Apreciando o mandamento filipino, escreveu Manoel de Almeida e Souza de Lobão que *"A sentença deve ser fundamentada: he um justo preceito da nossa Ord. L. 3, T. 66, § 7.º. Ella dá a razão; mas, quanto a mim, a arcana é para os juizes mostrarem ao público a propria jurisprudencia, e o exato exame dos autos"* ("Segundas Linhas", v. I, Lisboa, 1855, notas 568 e 569) (sic).

Também Pimenta Bueno: *"este preceito, que faz com que a sentença encerre sua própria justificação, ou demonstre sua próprio justiça, dá-lhe grande força moral e limita muito o arbítrio dos juizes"* ("Formalidades do Processo Civil", 3.ª ed., Rio, 1911, pp. 238/239).

4. Em brevíssima remissão de direito comparado, trago à balha o magistério de Pierre Vigny:

"L'obligation de motiver les jugements est une garantie essentielle contre l'arbitraire; elle est la preuve que le magistrat a examiné soigneusement les moyens qui lui étaient soumis et médité sa decision. La motivation des jugements favorise l'établissement d'une jurisprudence plus cohérente" ("Droit Constitutionnel", tome deuxième, ed. 1952, n.º 589, p. 760).

Algumas Constituições, afora a brasileira, adotam expressamente o princípio. Assim a Constituição da Colômbia (de 1886, modificada em 1945):

"Art. 163. Toda sentença deverá ser motivada".

Também a Lei Magna do Peru, de 1979:

"Art. 233. Son garantías de la administración de justicia: (...)

4. La motivación escrita de las resoluciones, en todas las instancias, con mención expresa de la ley aplicable y de los fundamentos en que se sustentan."

Pela Constituição do Reino da Bélgica:

"Art. 97. Tout jugement est motivé. Il est prononcé en audience publique."

5. Não é tão simples, todavia, expressar exatamente o conceito de decisão não fundamentada, distinguindo-o de decisão mal fundamentada e de decisão insuficientemente fundamentada, e precisando em que casos o vício existente na sentença (ou no acórdão, ou na decisão interlocutória) resultará na gravíssima sanção de nulidade do provimento judicial.

Em monografia excelente sobre as nulidades das sentenças, Teresa Arruda Alvim refere existirem *"'grosso modo', três espécies de vícios intrínsecos das sentenças que se reduzem a um só, em última análise: 1. ausência de fundamentação; 2. deficiência de fundamentação; e 3. ausência de correlação entre fundamentação e decisório"*.

Poderíamos acrescentar, máxime em tempos de informatização do Judiciário, o caso das sentenças ou decisões "padronizadas", com (aparente) fundamentação tão genérica e imprecisa que se aplica a um grande número de lides semelhantes.

Segundo a prof.ª Teresa, todos os casos implicam, ao final, em

"(...) ausência de fundamentação e geram nulidade da sentença. Isto porque "fundamentação" deficiente, em rigor, não é fundamentação, e, por outro lado, "fundamentação" que não tem relação com o decisório, não é fundamentação: pelo menos não o é daquele decisório." ("Nulidades da Sentença", ed. RT, 3.ª ed., 1993, p. 200).

6. É mister inicialmente afirmar que aos casos de sentença mal fundamenta-

da, na qual o juiz se haja equivocado no apreciar as questões de fato e/ou de direito que lhe foram submetidas, em consequência errando no dispositivo, não incide a sanção de nulidade: a sentença estará errada (pelo menos do ponto de vista do sucumbente...), mas será válida. Cumpre, pois, seja reformada em Superior Instância, sob melhor apreciação das *quaestiones facti* e das *quaestiones iuris*; mas não deverá ser anulada.

7. A sentença apenas sucintamente fundamentada, em que as questões controvertidas hajam sido consideradas com sumariedade e singeleza, não serão modelares e muito menos aconselháveis; mas não são nulas, cabendo uma relativa tolerância, máxime se os temas em debate forem simples e várias vezes já resolvidos no sentido adotado na sentença: “*ligeira fundamentação será o bastante para que se não torne perdida a sentença*”. (Mário Guimarães, ob. cit., n.º 208, p. 347).

Assim julgou o colendo Superior Tribunal de Justiça no Resp. n.º 2.227, rel. o em. Min. Nilson Naves: “*Não é nula a sentença sucinta, pois, conquanto tal, não deixa de conter o essencial*” — DJU 30.04.90. Da mesma forma no Resp. n.º 19.661, rel. o em. Min. Sálvio de Figueiredo: “*Não é nula a decisão com fundamentação sucinta, mas a que carece de devida motivação, essencial ao processo democrático*” — ac. de 12.05.92, e de cujo julgamento participamos.

8. A sentença com fundamentação sucinta, todavia, não deverá ser confundida com a sentença deficiente, incompleta em sua fundamentação.

O juiz, por certo, não está adstrito a responder, um a um, os argumentos das partes; tem o dever, contudo, de examinar as questões (= pontos controvertidos), todas elas, que possam servir de fundamento essencial à acolhida, total ou parcial, ou à rejeição, no todo

ou em parte, do pedido formulado pelo demandante. No magistério de Egas Moniz de Aragão, “*sejam preliminares ou prejudiciais, processuais ou de mérito, o juiz tem de examinar e julgar todas as questões da lide trazidas à sua apreciação. Se não o fizer a sentença estará incompleta.*” (“Sentença e Coisa Julgada”, ed. Aide, 1992, n.º 75, p. 103)

9. No tocante à primeira assertiva, tivemos ensejo de afirmar, em sede jurisprudencial, que “*não cabe ao tribunal, que não é órgão de consulta, responder a questionários postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, mas deseja, isto sim, esclarecimentos sobre sua situação futura e profliga o que considera injustiças decorrentes do ‘decisum’ de inadmissibilidade dos embargos de retenção*” (Emb. Decl. no Resp. n.º 739, j. 23.10.90, DJU 12.11.90).

Conforme voto proferido quando Juiz do eg. 1.º TACSP, o em. Des. Márcio Bonilha afirmou que “*não ocorre omissão quando o acórdão deixa de responder exhaustivamente a todos os argumentos invocados pela parte, certo que a falha dever ser aferida em função do pedido, e não das razões invocadas pelo litigante. Não há confundir ponto do litígio com argumento trazido à colação pela parte ... (omissis) ... os embargos declaratórios devem referir-se a ponto omissis ou obscuro da decisão e não a fatos e argumentos mencionados pelas partes*” (JTACSP, Lex 47/106, apud Sonia M. H. de Almeida Batista, “Dos Embargos de Declaração”, ed. RT, 2.ª ed., p. 123).

10. Já no alusivo ao segundo asserto, o de que ao juiz impende apreciar todas as questões realmente relevantes à solução da lide, sob pena de nulidade da sentença (ou do acórdão) é expressiva a orientação jurisprudencial.

Vale colacionar, dentre outras muitas, as seguintes decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça:

A. Resp. n.º 13.471, eg. 2.ª Turma, rel. em. Min. Pádua Ribeiro, ac. de 31.03.33, com a ementa:

“É nula a sentença não fundamentada, sendo tida como tal a que é omissa a respeito de ponto relevante da defesa. No caso, ao proclamar a prescrição prevista no art. 1.º do Dec. 20.910, de 1932, a sentença omitiu-se quanto aos motivos para afastar a aplicação da causa de suspensão do prazo extintivo, prevista no art. 169, I, do Código Civil, *oportunamente argüida pelo autor*.”

A inobservância do requisito do art. 458, II do CPC não pode ser sanada, pelo Tribunal de Apelação, porque não alcançada pela regra do art. 515 do citado Código.” (grifamos)

B. Resp. n.º 8.819, eg. 3.ª Turma, rel. em. Min. Cláudio Santos, ac. de 17.09.91:

“A falta de análise de questão de fato suscitada claramente nos autos causa ofensa ao art. 458, do CPC.”

C. Resp. n.º 2.718, eg. 3.ª Turma, rel. em. Min. Nilson Naves, ac. de 29.05.90:

“Embargos de declaração. Ponto omissis (CPC, art. 515, II). Existindo *ponto omissis* sobre que devia pronunciar-se, o tribunal, provocado por embargos de declaração, não pode deixar de sobre ele claramente pronunciar-se. Nulidade reconhecida, para que outro acórdão seja proferido, com o esclarecimento da omissão.”

D. Em aresto de minha relatoria, no Resp. n.º 3.417, ac. de 07.08.90, a eg. 4.ª Turma do STJ julgou sob a seguinte ementa:

“Acórdão insuficientemente fundamentado, por omissis quanto a ponto relevante da defesa. Contrariedade ao art. 458, II, do CPC. Recurso especial conhecido e provido.”

Nesse caso, em que se buscava invalidar hasta pública e arrematação, o Tribunal de origem havia decretado a

nulidade da praça por realizada a alienação a preço vil, omitindo-se, todavia, inclusive em nível de embargos declaratórios, quanto ao argumento de que o preço vil não se teria verificado por cuidar-se, o imóvel penhorado, de ‘coisa litigiosa’, e assim com seu valor consideravelmente depreciado. O STJ conheceu do recurso especial e ao mesmo deu provimento, para anular o acórdão recorrido, ante a aludida omissão.

11. Do Pretório Excelso cumpre mencionar ‘leading case’ de relatoria do em. Min. Raphael de Barros Monteiro, no RE n.º 74.143, ac. da eg. 1.ª Turma, j. 10.10.72:

“Acórdão omissis a respeito de *ponto relevante da defesa* do inquilino à retomada. Negativa de vigência do art. 280, II, combinado com o art. 118, § único, do Código de Processo Civil e dissídio de jurisprudência devidamente comprovado. Recurso extraordinário conhecido e provido, em parte.” (grifamos)

No caso então em exame, a defesa do inquilino suscitara, dentre outras questões, a de que o locador se havia obrigado, no contrato, a renovar a locação; essa defesa, no entanto, embora os embargos declaratórios a respeito opostos, não fora considerada no acórdão recorrido, permanecendo a omissão.

12. Do eg. Tribunal Regional Federal da 2.ª Região menciono o aresto proferido na Ap. Cível n.º 44.496/RJ (v. u., j. 05.10.93), de que foi relator o eminente Juiz José Eduardo Carneira Alvim, integrante dessa Corte, dele constando que:

“(…) é nula a sentença que não aprecia todas as questões constantes na petição inicial, pois não exaure a prestação jurisdicional, resultando *insanável a nulidade* pelo juízo “*ad quem*”, pois que em relação às questões não decididas pelo juízo “*a quo*” suprimido estaria um grau de jurisdic-

ção (Cf. AC n.º 91.04.12691-2-RS, TRF-4.ª Reg., DJ 8/7/92, p. 20563). Ressalte-se, por oportuno, que questão é qualquer ponto de dúvida que surge no processo e que compete ao juiz resolver (Carnelutti), antes de resolver a questão final, pertinente ao próprio mérito da causa.

Não se vislumbra na espécie mera *fundamentação sucinta*, mas *deficiência de fundamentação*, atentatória aos pre-

ceitos legal e constitucional. Tal matéria é de *ordem pública*, prescindindo até mesmo de alegação da parte.” (grifamos)

13. Cumpre, pois, aos magistrados, o empenho máximo no evitar que questão relevante à defesa do direito de qualquer dos litigantes reste sem apreciação, impedindo assim que a parte sucumbente venha a argüir a nulidade da sentença ou do acórdão.